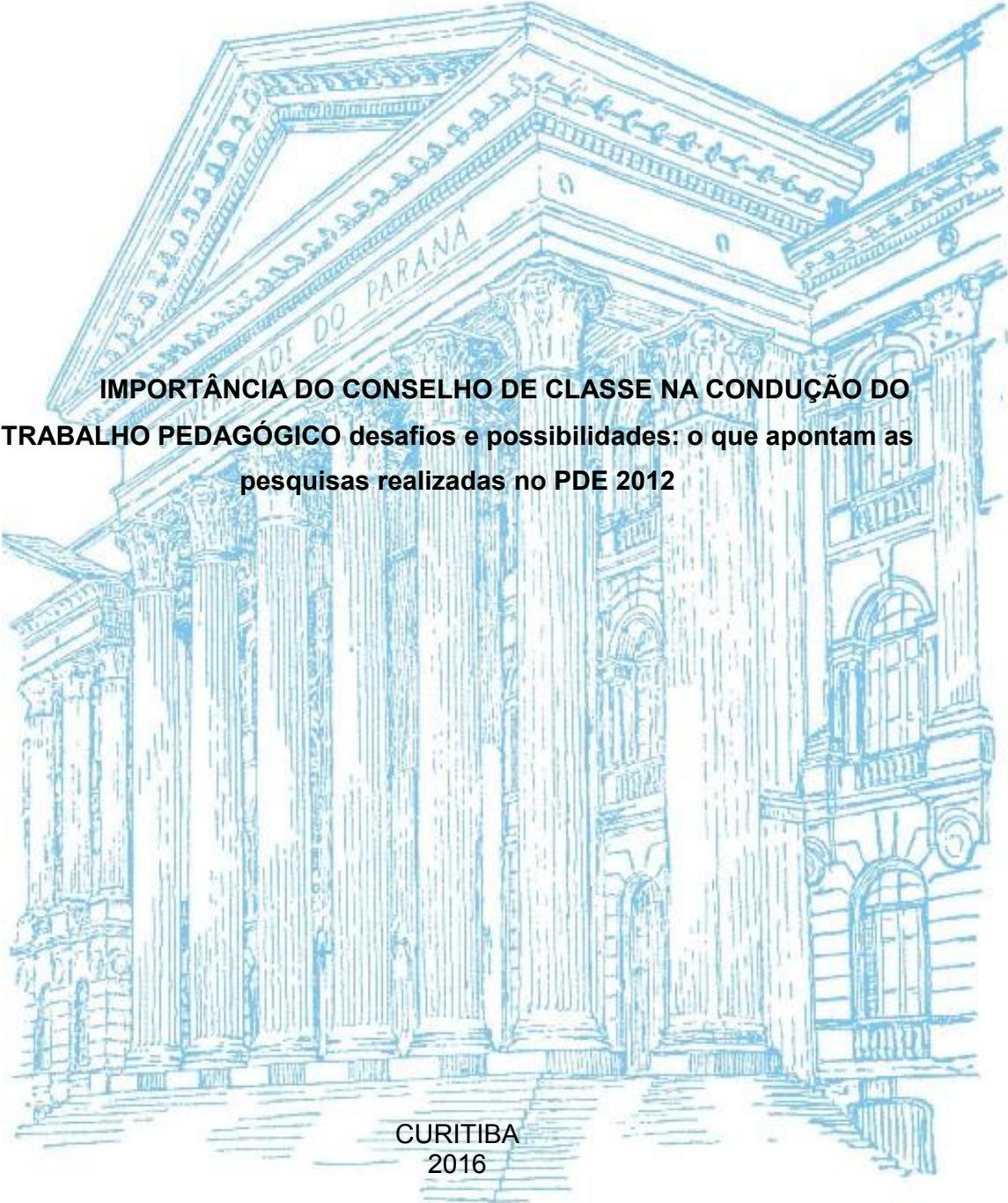


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

FABIANA ARLETE REIS DE MORAES

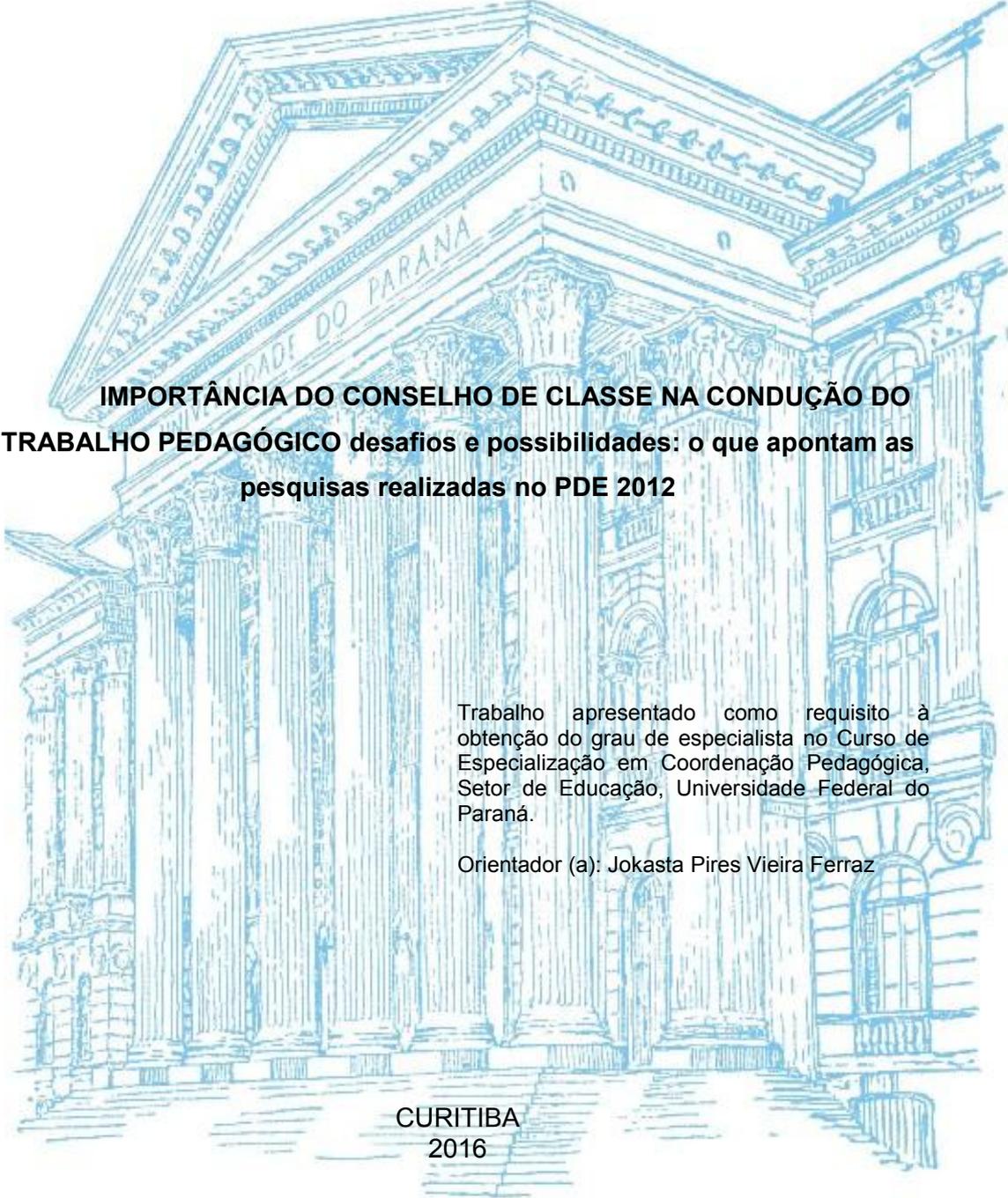


**IMPORTÂNCIA DO CONSELHO DE CLASSE NA CONDUÇÃO DO
TRABALHO PEDAGÓGICO** desafios e possibilidades: o que apontam as
pesquisas realizadas no PDE 2012

CURITIBA
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

FABIANA ARLETE REIS DE MORAES



**IMPORTÂNCIA DO CONSELHO DE CLASSE NA CONDUÇÃO DO
TRABALHO PEDAGÓGICO** desafios e possibilidades: o que apontam as
pesquisas realizadas no PDE 2012

Trabalho apresentado como requisito à obtenção do grau de especialista no Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientador (a): Jokasta Pires Vieira Ferraz

CURITIBA
2016

IMPORTÂNCIA DO CONSELHO DE CLASSE NA CONDUÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO desafios e possibilidades: o que apontam as pesquisas realizadas no PDE 2012

FABIANA ARLETE REIS DE MORAES*

RESUMO

Este artigo propõe uma reflexão sobre como é organizado o Conselho de Classe nas escolas estaduais do Estado do Paraná, com vistas a apreender quais são os limites e possibilidades para uma melhoria no desenvolvimento deste órgão colegiado. Pois, ainda que a legislação assegure que o Conselho de Classe deva ser um momento de avaliação tanto do aluno quanto dos outros sujeitos que participam do processo de aprendizagem, como os professores, a equipe pedagógica, direção escolar, a família e o meio social no qual o aluno está inserido, têm-se inúmeras dificuldades para sua verdadeira efetivação. Desta forma, este artigo tem como objetivo geral investigar a importância do Conselho de Classe na condução do trabalho pedagógico, seus desafios e possibilidades. Para tanto, será explanado o que os teóricos que discutem gestão democrática definem por Conselho de Classe. E, na tentativa de trazer as vozes do que profissionais que atuam diretamente no ambiente escolar, optou-se por tratar esta temática com maior profundidade através de estudos realizados no contexto do Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE. O PDE é um programa do Estado do Paraná regulamentada pela Lei Complementar n. 130/2010, que visa estabelecer uma articulação entre professores do ensino superior com os da educação básica. A opção metodológica em aprofundar este tema através dos artigos desenvolvidos por professores durante o PDE deve-se, em primeiro plano, ao fato de que a natureza do trabalho desenvolvido no contexto deste programa expressa a investigação da realidade vivenciada pelos professores participantes do referido programa. Ademais, trata-se de produção científica atual e ainda pouco investigada, que permite a elaboração das reflexões necessárias para o entendimento dos limites e possibilidades que a instância do Conselho de Classe enfrenta.

Palavras-chave: conselho de classe, Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), trabalho pedagógico.

*Artigo produzido pela aluna Fabiana Arlete Reis de Moraes do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, na modalidade EaD, pela Universidade Federal do Paraná, sob orientação da professora Jokasta Ferraz. E-mail: fabianarmoraes@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo propõe uma reflexão sobre como é organizado o Conselho de Classe nas escolas estaduais do Estado do Paraná, com vistas a apreender quais são os limites e possibilidades para uma melhoria no desenvolvimento deste órgão colegiado. Compreende-se que o Conselho de Classe é um instrumento democrático que deve oportunizar o debate, a reflexão e a avaliação de todo o trabalho pedagógico realizado durante o processo de ensino e aprendizagem. Sendo assim, todos os sujeitos que participam ativamente ou não no desenvolvimento do aluno devem ser considerados durante este espaço. O Conselho Estadual de Educação do Estado do Paraná organizou uma Deliberação¹ em que caracteriza o Conselho de Classe, com vistas a esclarecer para toda a comunidade escolar, de que maneira ele deverá funcionar no interior das escolas.

Art. 30 – O Conselho de Classe é um órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa em assuntos didático-pedagógicos, com atuação restrita a cada classe, tendo por objetivo avaliar o processo ensino aprendizagem na relação professor-aluno e os procedimentos adequados a cada caso. (PARANÁ, 1999).

Ainda que ajam documentos que normatizam e assegurem que o Conselho de Classe deva ser um momento de avaliação tanto do aluno quanto dos outros sujeitos que participam do processo de aprendizagem, como os professores, a equipe pedagógica, direção escolar, a família e o meio social no qual o aluno está inserido, têm-se inúmeras dificuldades para sua efetiva realização. Para tanto, este trabalho justifica-se pela experiência profissional da autora na coordenação pedagógica no Ensino Fundamental II, em escolas estaduais do estado do Paraná, onde vivenciou dificuldades e angústias na tentativa de realizar um Conselho de Classe mediado pela participação de todos os envolvidos no processo de ensino e de aprendizagem, visando à efetiva melhoria e reflexão da aprendizagem do aluno.

Desta forma, este artigo tem como objetivo geral investigar a importância do Conselho de Classe na condução do trabalho pedagógico, seus desafios e possibilidades. Para tanto, será explanado o que os teóricos que discutem gestão democrática definem por Conselho de Classe. E, na tentativa de trazer as vozes do

¹ Deliberação 16/99 do Conselho Estadual de Educação.

que profissionais que atuam diretamente no ambiente escolar, optou-se por tratar esta temática com maior profundidade através de estudos realizados no contexto do Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE. O PDE é um programa do Estado do Paraná regulamentada pela Lei Complementar n. 130/2010, que visa estabelecer uma articulação entre professores do ensino superior com os da educação básica. Para tanto, é proporcionado aos professores da educação básica subsídios teórico-metodológicos através de atividades teórico-práticas pelos docentes universitários, com vistas a possibilitar a reflexão e produção teórica de temáticas que envolvam o ambiente escolar em toda sua complexidade. O objetivo é que o conhecimento teórico ali produzido proporcione mudanças qualitativas nas práticas escolares das escolas públicas paranaense.

O presente trabalho encontra-se dividido em três seções. A primeira é composta pela revisão de literatura, onde será exposto o que a legislação traz sobre a organização e objetivo do Conselho de Classe, a definição e apontamentos sobre este órgão por autores que estudam esta temática. A segunda parte do trabalho será subdividida em quatro tópicos: a) apresentar a trajetória histórica do Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE, para professores da rede pública estadual do Paraná; b) levantamento de todos os artigos com o tema “Conselho de Classe” encontrados na área de Pedagogia do PDE do ano de 2012; c) elencar pontos em comum nos artigos sobre o tema: história; legislação; desafios para a realização e possibilidades; d) através dos dados coletados na pesquisa, propor alternativas para a concretização desta forma de acompanhamento da tarefa pedagógica, como caminho para que se façam ouvir as vozes que integram a comunidade escolar. Por fim, são tecidas as considerações finais. Trazendo a síntese das principais conclusões trazidas pelas leituras dos textos que subsidiam as reflexões aqui apresentadas, bem como as sugestões para futuras pesquisas, dada a amplitude do tema selecionado.

Para este trabalho, foram destacados sete artigos produzidos por professores que participaram do PDE no ano de 2012 na área de Pedagogia. Tais pesquisas abordam a temática “Conselho de Classe” sob vários aspectos, o que é importante, pois para apreendermos o objeto em toda sua complexidade é necessário compreendê-lo em todos os seus nexos. Contudo, a base de compreensão deste órgão é a partir da LDB 9694/96, uma vez que, é a lei que rege

a educação básica. No artigo 14 é exposto sobre a importância da gestão democrática, caracterizando a necessidade de participação da comunidade escolar:

Art. 14 Os sistemas de Ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I- Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II- Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (...). (BRASIL, 1996).

Desta maneira, para que o Conselho de Classe cumpra sua função, é preciso evidenciar antes a função da escola, enquanto instituição que possui o papel de garantir o direito à educação, ou seja, é neste local que o processo educativo de ensino e aprendizagem ocorre, e legalmente no Brasil, não temos outro espaço para tal. Sendo assim, o conselho de classe que possui essencialmente um caráter pedagógico voltado à avaliação dos processos educativos desenvolvidos na escola, visa o redimensionamento das ações pedagógicas para garantia de uma educação de qualidade².

Apesar da clareza na definição de como deveria funcionar o Conselho de Classe, ainda tem-se presente no interior das escolas uma visão errônea, onde “julga-se” apenas uma das partes do processo de ensino e aprendizagem e por isso a tentativa de reflexão e mudança é substancialmente dificultada. O que se tem configurado é um espaço onde há apenas as constatações dos professores sobre a não aprendizagem de alunos e as justificativas dos docentes quanto ao fraco desempenho dos estudantes durante o processo ensino aprendizagem. Sem que aja uma reflexão sobre sua prática pedagógica.

Por isso, faz-se necessário discutir esta temática, pois apesar de ser um assunto que faz parte do cotidiano escolar, ainda enfrente muitas dificuldades em ser claramente desenvolvido. A opção metodológica em aprofundar este tema

² Este trabalho não tem como objetivo discutir o conceito de qualidade, entretanto, cabe mencionar que o conceito pode ser entendido de diversas formas, sendo que sua definição ainda consiste em um desafio para o campo da educação. Segundo Dourado, Oliveira e Santos (2007, p. 9): “ (...) a qualidade da educação é um fenômeno complexo, abrangente, e que envolve múltiplas dimensões, não podendo ser apreendido apenas por um reconhecimento de variedade e das quantidades mínimas de insumos considerados indispensáveis ao desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem e muito menos sem tais insumos (...). Desse modo, a qualidade da educação é definida envolvendo a relação entre os recursos materiais e humanos, bem como a partir da relação que ocorre na escola e na sala de aula (...)”.

através dos artigos desenvolvidos por professores durante o PDE deve-se, em primeiro plano, ao fato de que a natureza do trabalho desenvolvido no contexto deste programa expressa a investigação da realidade vivenciada pelos professores participantes do referido programa. Ademais, trata-se de produção científica atual e ainda pouco investigada, que permite a elaboração das reflexões necessárias para o entendimento dos limites e possibilidades que a instância do Conselho de Classe enfrenta.

2. CONCEITUANDO O CONSELHO DE CLASSE

Nos últimos anos há um grande esforço pelos órgãos regulamentadores e do sistema educacional em possibilitar uma gestão democrática. Para tanto, há uma vasta legislação que trata sobre os espaços, sujeitos, momentos e características visando sempre oportunizar a participação de toda a comunidade escolar nos processos de escolha, acompanhamento e avaliação do ensino e aprendizagem. Dentre todos os órgãos e espaços já configurados como parte do cotidiano escolar, este artigo optou por tratar especificamente do Conselho de Classe. Os documentos que normatizam a educação básica mostram preocupação em definir de que maneira este espaço deva ser organizado e qual o papel de cada integrante. O Conselho Estadual de Educação, através da Deliberação n. 007/99 institui os Conselhos de Classe como um órgão colegiado, de natureza consultiva e deliberativa, cuja finalidade é intervir no processo de ensino e aprendizagem e indicar alternativas para as dificuldades apresentadas. A Secretaria de Educação do Estado do Paraná organizou um documento com vistas a subsidiar a construção dos Regimentos Escolares. Neste texto está explicitado qual deva ser o papel do Conselho de Classe, como um órgão colegiado com o objetivo de avaliar a apropriação dos conteúdos curriculares, estabelecidos no PPP-Projeto Político Pedagógico da escola, por parte dos alunos, além de repensar a prática pedagógica visando encontrar alternativas para a efetivação do processo de ensino aprendizagem. (PARANÁ, 2008)

Por se tratar de uma instância colegiada de suma importância, o Conselho de Classe se traduz em momento de reflexão sobre o processo educacional que enseja a articulação dos segmentos da escola e tem por objeto de estudo o processo de ensino em sua relação com a aprendizagem e a avaliação desta

aprendizagem. O referido documento expõe que ao Conselho de Classe cabe verificar se os objetivos, conteúdos, procedimentos metodológicos, avaliativos e relações estabelecidas na ação pedagógico-educativa, estão sendo efetivadas de forma coerente com o PPP da escola. Constituído-se assim em um espaço de reflexão coletiva, onde todos os sujeitos do processo educativo, discutem alternativas eficazes na resolução dos desafios enfrentados no processo ensino-aprendizagem. (PARANÁ, 2008, p.14).

Com a gestão democrática cujo intuito é proporcionar a ativa participação de toda a comunidade escolar no desenrolar dos movimentos que acontecer no interior da instituição escolar, o objetivo central é de alguma maneira responsabilizar todos os indivíduos frente ao processo de ensino e aprendizagem. A transmissão de conteúdos passa a não ser apenas responsabilidade do professor, e a internalização dos conhecimentos ali ensinados são vistos ainda como resultados da metodologia do professor, mas também com a vivência dos alunos, seu meio cultural, a relação com os colegas de classe e com todas as outras atividades desenvolvidas dentro e fora do ambiente escolar. Dourado (2007) discorre sobre a necessidade do envolvimento de diferentes sujeitos no processo educacional:

A concepção de educação é entendida, aqui, como prática social, portanto, constitutiva e constituinte das relações sociais mais amplas, a partir de embates e processos em disputa que traduzem distintas concepções de homem, mundo e sociedade. Para efeito desta análise, a educação é entendida como processo amplo de socialização da cultura, historicamente produzida pelo homem, e a escola, como lócus privilegiado de produção e apropriação do saber, cujas políticas, gestão e processos se organizam, coletivamente ou não, em prol dos objetivos de formação. Sendo assim, políticas educacionais efetivamente implicam o envolvimento e o comprometimento de diferentes atores, incluindo gestores e professores vinculados aos diferentes sistemas de ensino. (DOURADO, 2007, p. 923 – 924).

Dourado (2007) pesquisa sobre a gestão democrática em âmbitos mais amplos, como a descentralização da organização e recursos do sistema educacional nas esferas federais, estaduais e municipais. Dentre os vários programas que foram implantados, destacamos para este trabalho o Fortalecimento dos Conselhos Escolares, que foi criado pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação em 2004. O autor define:

Os conselhos escolares configuram-se, historicamente, como espaços de participação de professores, funcionários, pais, alunos, diretores e comunidade nas unidades escolares. Em alguns casos, constituem-se em espaços coletivos de deliberação, assumindo, desse modo, o papel de órgão co-responsável pela gestão administrativa e pedagógica das escolas e, em outros, em razão de sua atuação restrita à aprovação da prestação de contas e medidas disciplinares, em determinadas situações, foram transformados em unidades executoras em razão do PDDE. (DOURADO, 2007, p 934 - 935).

O Conselho de Classe é um dentre os vários espaços que os Conselhos Escolares podem organizar visando à participação da comunidade escolar. A Portaria Ministerial n. 2.896/2004 que define os objetivos dos Conselhos Escolares deixa claro que ao tornar a participação dos alunos e pais em órgãos colegiados, é necessário que a escola considere a cultura e a realidade destes. Tal afirmação é colocada em um dos eixos no qual os conselhos devem se pautar-se:

(...) cinco eixos iniciais – conselhos escolares, democratização da escola e construção da cidadania; conselho escolar e o respeito e valorização do saber e da cultura do estudante e da comunidade; conselho escolar e o aproveitamento significativo do tempo pedagógico; conselho escolar e a aprendizagem na escola; conselho escolar, gestão democrática da educação e escolha do diretor. (DOURADO, 2007, p. 935 - 936).

O Plano Nacional de Educação (PNE), no 10.172/2001, também menciona a necessidade da gestão democrática, objetivando a criação de Conselhos Escolares. Gatotti (2003) discorre sobre a necessidade da colaboração solidária (local, regional e mundial) para que seja possível ofertar uma educação de qualidade. O autor utiliza-se das palavras de Paulo Freire para definir o que, ao seu entender, garantiria a construção de uma Escola Cidadã:

a escola precisa passar de uma concepção de educação como produção em série (seriação) e de repetição de saberes da sociedade industrial, da parcelarização do conhecimento, para uma concepção transdisciplinar, intertranscultural, própria da era da informação pós-industrial, onde predominam a autonomia e a aprendizagem colaborativa, onde todos podem 'dizer a sua palavra', citando Freire. (GADOTTI, MEC, 2003, p. 21).

Conforme os estudos de Gadotti (2003), a gestão hierarquizada não consegue apreender a complexidade dos desafios que a escola atual enfrenta. Por isso, a participação da comunidade escolar é tão importante. "(...) é preciso

proporcionar um ambiente favorável à aprendizagem coletiva e colaborativa, a fim de que todos os envolvidos sintam-se parte do processo de gestão da escola”. (RIOS, ARAGÃO, 2009, p. 7). Contudo, Paro (2006) diz que ainda não se pode dizer que a gestão democrática é real nas escolas públicas. Ainda conforme Paro (2006, p. 19-19) é preciso considerar que as práticas perpassam pelo autoritarismo, apesar dos discursos democráticos, não conseguirem superá-lo. Muitos gestores se dizem democráticos por “permitirem” que representantes da comunidade façam parte da tomada de uma ou outra decisão, encobrindo sua postura autoritária, visto que em uma gestão democrática não se concede momentos de participação ela se realiza através da participação em todo processo

De acordo com o exposto, o que se tem concretizado no interior das escolas é que a não efetivação da gestão democrática, acaba por tornar o Conselho de Classe, também um espaço nada descentralizado e participativo. Ao não partilhar o poder com todos os sujeitos que fazem parte da comunidade escolar, a escola faz com que apenas os professores, direção e a equipe pedagógica tenham voz nas discussões e decisões. Sendo assim, a função deste órgão colegiado acaba por ser o de culpabilizar os alunos por seu fracasso, tendo como justificativa a falta de interesse e os problemas comportamentais. O Conselho de Classe deixa de cumprir seu papel primordial que é o de analisar o currículo, a metodologia adotada e o sistema de avaliação da instituição, permitindo assim, a reavaliação da prática didática. Para apenas, caracterizar-se como espaço onde os docentes colocam os alunos como uma espécie de réu, e desabafam sobre as atividades não produzidas, o número de faltas, o mau comportamento com o próprio professor e os colegas de sala, e etc. Conforme Pizoli (2009):

Não havia discussão sobre os encaminhamentos a serem tomados para a recuperação de conteúdos, nem sobre a prática pedagógica do professor. Dessa forma, o Conselho de Classe manifestava-se como um instrumento legitimador do fracasso escolar de grande parte dos alunos. (PIZOLI, 2009, p. 6912).

Desta maneira, os desafios impostos à equipe pedagógica na contemporaneidade referem-se à necessidade de transformação do conselho de classe neste espaço de reflexão que deve necessariamente envolver todos os agentes educativos presentes no processo ensino aprendizagem. Depreende-se que

a reflexão sobre o processo coletivo é a tônica que sustenta uma proposta de Conselho de Classe. Pois, é posto em evidência o desempenho de alunos e professores.

O Conselho de Classe é um espaço de encontro de posições diversificadas relativas ao desempenho do aluno, que não fica, assim, restrito a avaliação de apenas uma pessoa. Sua função é analisar questões didático-pedagógicas, aproveitando seu potencial de gerador de ideias e espaço educativo. É também um meio para democratizar, realmente a instituição educativa, trazendo o aluno e sua família para a escola, democratizando sua permanência (VEIGA, 2003, p. 118).

Contudo, neste espaço de encontro, nem sempre as posições dos diferentes atores sociais que integram a comunidade escolar mostram-se convergentes. Por isso, é importante que se busque o consenso necessário para a reflexão sobre as possibilidades de superação dos conflitos e problemas vivenciados em cada situação pedagógica específica, lembrando que é a sobre a vida escolar de um estudante que estão sendo tomadas as decisões.

Não restam dúvidas de que o Conselho de Classe, tal como a literatura apresenta como ideal, é tido como uma experiência didática bastante enriquecedora para toda a comunidade escolar. No entanto, este espaço ainda é reservado para os desabados dos professores sobre os problemas com alunos, indisciplina e desmotivação. Além disso, em grande parte das instituições, os alunos não são ouvidos, e, devido a este motivo, a prática dos professores não é motivo de análise e reflexão. O olhar sobre a própria prática do docente é mínima e insuficiente na maioria das vezes, não gerando mudanças efetivas. Sendo assim, com vistas a refletir sobre os desafios e as possibilidades de mudanças efetivas que são possíveis a este órgão colegiado, trataremos sobre as experiências e alternativas que os professores que participaram do PDE trazem em suas pesquisas, que tratam de perto sobre a realização do Conselho de Classe nas escolas públicas do estado do Paraná.

3. O CONSELHO DE CLASSE NAS ESCOLAS ESTADUAIS DO ESTADO DO PARANÁ: PERSPECTIVAS E DESAFIOS SEGUNDO PROGRAMA PDE

3.1 PDE –PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL

O Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE é uma política de Formação Continuada que valoriza os professores que atuam na Rede Pública Estadual de Ensino do estado do Paraná.

A partir de 2003, foi criado o Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE, como resultado da busca da Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED/PR, de proporcionar aos profissionais da educação possibilidade de formação continuada.

O Programa tem como base o movimento contínuo de aperfeiçoamento de formação dos professores no espaço escolar, fortalecendo a articulação entre a Educação Básica e o Ensino Superior públicos do estado do Paraná.

A estrutura organizacional do PDE está representada, para fins didáticos, no Plano Integrado de Formação Continuada, o qual constitui-se de três grandes eixos de atividades, que são: Atividades de Integração Teórico-Práticas, Atividades de Aprofundamento Teórico e Atividades Didático Pedagógicas com Utilização de Suporte Tecnológico.

Além das fundamentações teóricas proporcionadas e pelo PDE o Grupo de Trabalho em Rede – GTR: desenvolvido no terceiro período do Programa, possibilita a interação entre professores PDE e professores da Rede estadual de educação, por meio do Ambiente Virtual da SEED. O GTR tem o intuito de socializar as produções realizadas pelo Professor PDE durante o Programa, a saber: Projeto de Intervenção Pedagógica, Produção Didático-pedagógica, bem como questões específicas sobre a Implementação Pedagógica na Escola. Essa ação visa à democratização do acesso aos conhecimentos teórico-práticos específicos das áreas/disciplinas do Programa escolhidas pelo Professor PDE.

O professor deve desenvolver um artigo durante toda a sua participação no programa. Este artigo final tem como objetivo divulgar e socializar o trabalho desenvolvido pelo Professor PDE, na perspectiva de enfrentamento aos problemas do cotidiano da escola onde está inserido. Apresentado na forma de artigo científico, contempla entre outras questões: a problemática estudada; os dados coletados em sua implementação e a análise consistente dos mesmos, para que seja construída uma proposta de conclusão que represente a dimensão do trabalho desenvolvido no ambiente escolar, como também as contribuições das discussões do Grupo de Trabalho em Rede – GTR.

Desta forma, pode-se afirmar que este programa é rico em informações para responder aos questionamentos do atual trabalho, visto sua característica de pesquisa e estudos com professores que vivenciam uma realidade próxima a da que expõem-se aqui.

3.2 ARTIGOS PÚBLICADOS PELO PDE COM TEMA CONSELHO DE CLASSE NO ANO DE 2012

No ano de 2012, foram publicados sete artigos, na área de Pedagogia, sobre o tema Conselho de Classe pelos pesquisadores do Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE. A metodologia de pesquisa deste trabalho consiste em analisar tais artigos, elencar os pontos em comum sobre o tema: história, legislação, desafios para a realização e as possibilidades de mudanças apontadas. Para então compreender quais poderiam ser as alternativas que possibilitem a concretização de um Conselho de Classe democrático, onde todos os participantes tenham direito a voz e que todo o processo de ensino e aprendizagem seja, de fato, refletido.

Elencamos na tabela abaixo um breve resumo dos sete artigos selecionados para análise:

Tabela 1: Artigos com tema Conselho de Classe no Plano de Desenvolvimento Educacional – PDE 2012

Autor	Título	Observação (breve descrição do artigo)
1- ADELIA TORMENA DUBIELA	O Conselho de Classe como espaço de reorganização do trabalho pedagógico	Este artigo analisa o Conselho de Classe enquanto espaço de discussão do trabalho pedagógico. Também aponta sobre a importância da participação efetiva de toda a comunidade educativa. Para tanto, objetiva repensar a estrutura do Conselho de Classe na busca de alternativas que garantam a efetivação do processo de ensino e aprendizagem. Uma vez que, os resultados evidenciados na execução do projeto de implementação revelam que as práticas de Conselho de Classe se distanciam das propostas apresentadas pelos estudiosos e pesquisadores sobre o tema, apontando fragilidades e minimizando sua função.
2- AUREA RODRIGUES SANTOS	Possibilidades e desafios para a constituição de uma nova visão de Conselho de Classe.	Neste artigo o tema é o Conselho de Classe enquanto instância de discussão e avaliação de todos os envolvidos no processo ensino e aprendizagem. Busca mostrar uma nova visão para esta instância colegiada, proporcionar um espaço de reflexão e de análise dos procedimentos que estão sendo realizados para a melhoria do ensino-aprendizagem, possibilitando a

		conformação de um conselho de classe expresso no Projeto Político Pedagógico, que avalia todos os envolvidos no processo educativo e propõe metas para efetivar a aprendizagem dos alunos. O estudo relata a origem e a história do Conselho de Classe, destacando a importância da Gestão Democrática no processo educativo, investiga os fatores que interferem no desenvolvimento cognitivo do aluno, a importância do processo de Avaliação e o que causa um índice elevado de aprovação pelo Conselho de Classe.
3- CASSIA ESTELA KROPZAKE BICHIBICHI	Conselho de Classe participativo para a melhoria das práticas pedagógicas.	Neste trabalho é discutido sobre a implantação do Conselho de Classe Participativo na instituição de ensino de atuação. Este modelo de conselho de classe possibilita a gestão participativa e democrática na escola. Permitindo a avaliação discente e docente, a avaliação da instituição de ensino, a auto-avaliação docente a partir das suas práticas pedagógicas, com vistas a diagnosticar as falhas que ocorrem durante o processo de ensino e aprendizagem, e apontar as correções que devem ser praticadas coletivamente. O objetivo foi compreender para então realizar conselhos de classes democráticos no interior da escola. Para isso, foi realizado Oficinas Pedagógicas envolvendo todos os membros da comunidade escolar, para que todos os envolvidos pudessem apreender no que consiste um Conselho de Classe democrático e participativo.
4- CECILIA SANAÉ HIGACHI	Conselho de Classe: Espaço de reflexão e avaliação dos processos de ensino e aprendizagem.	Neste artigo, a autora se propôs a refletir sobre o papel do professor como membro do Conselho de Classe de modo que por meio dos temas propostos ele possa investigar e refletir sobre sua própria prática. Analisou-se, o discurso de determinados professores e de que modo esses dizeres constroem o perfil dos alunos em situação de insucesso escolar, a fim de refletir coletivamente sobre tais falhas. Também se fez necessário refletir coletivamente sobre Conselho de Classe, a fim de que os professores repensassem em novas estratégias pedagógicas, superando a avaliação excludente para a avaliação na perspectiva processual, diagnóstica e contínua. Mudanças significativas ocorreram durante a implementação do projeto tornando o envolvimento dos docentes no momento do Conselho de Classe em um processo de aprendizagem permanente.
5- IRMA DE JESUS MELLO	O Papel do Pedagogo na Organização e Mediação do Trabalho Pedagógico	Neste trabalho a autora reflete sobre a necessidade de pensar no Conselho de Classe como instância colegiada eficaz e centrada na verdadeira justiça e valorização humana, onde o pedagogo se posicione como agente mediador do processo de avaliação do educando no Conselho de Classe.
6- LAUGENICE APARECIDA GERBER RIBEIRO	A natureza do trabalho da equipe pedagógica e as suas implicações	O eixo reflexivo deste artigo é o elevado número de alunos submetidos ao Conselho de Classe ao longo do ano letivo e o trabalho da Equipe Pedagógica junto ao Conselho de Classe (antes e durante o ano letivo), como medida preventiva, com a finalidade de repensar a atuação da Equipe

	para a atuação do Conselho de Classe.	Pedagógica no âmbito escolar, na busca de melhoria da qualidade dos resultados do Conselho de Classe, o que vai refletir em melhor aproveitamento e nos resultados da aprovação ou reprovação dos alunos por merecimento. Buscar alternativas para a superação dos problemas de aprendizagem apresentados pelos alunos, porém não tem dado conta de modificar, bimestre após bimestre, o resultado de fracasso. Assim sendo, o artigo apresenta uma análise para redefinir as funções da Equipe Pedagógica, a sua atuação, a sua prática, frente aos resultados obtidos nas seções do Conselho de Classe ao longo do ano letivo.
7- ROSENEIDE MARIA BATISTA	CONSELHO DE CLASSE PARTICIPATIVO: Uma possibilidade de democratização da escola pública do Paraná	A autora discute sobre o Conselho de Classe Participativo. São apresentados alguns pontos teórico-conceituais relacionados à função da escola para a formação humano-social, a evasão escolar como um entrave para a democratização da escola e a importância do Conselho de Classe Participativo como mecanismo de participação democrática na escola. Para que houvesse a efetivação da participação no conselho de classe, foram desenvolvidos instrumentos que subsidiaram uma pesquisa-ação, através de questionários a toda comunidade escolar sobre demandas do processo político-pedagógico da escola que orientaram para pensar as dificuldades, enfrentamentos e os poucos avanços da escola. As discussões realizadas no Conselho de Classe Participativo sinalizaram a reflexão sobre o trabalho em sala de aula de acordo com as necessidades reais dos alunos. E também possibilitaram aos professores um melhor entendimento sobre o conceito Conselho de Classe Participativo. Além disso, o pós-conselho de classe com pais, alunos e professores ajudou para reforçar os compromissos de cada participante no que diz respeito à proposta educativa da escola.

<http://www.gestoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1339>

Ao analisarmos os trabalhos elencados acima, é possível perceber que as sete professoras partilham da mesma problemática: o Conselho de Classe não funciona pautado na gestão democrática e por isso mesmo, não cumpre sua real função. É interessante que, os sete artigos foram construídos por pedagogas de diferentes regiões do Estado do Paraná³, e ainda assim, discorrem sobre ser preciso

³ “O CONSELHO DE CLASSE COMO ESPAÇO DE REORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO” Autora: Adelia Tormena Dubiela. Município: Paraíso do Norte – Núcleo de Paranavaí. “POSSIBILIDADES E DESAFIOS PARA A CONSTITUIÇÃO DE UMA NOVA VISÃO DE CONSELHO DE CLASSE”. Autora: Áurea Rodrigues Santos. Município: Santa Cruz de Monte Castelo – Núcleo: Loanda. “CONSELHO DE CLASSE PARTICIPATIVO PARA A MELHORIA DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS”. Autora: Cássia Estela Kropzake Bichibichi. Município: Colombo.

construir juntamente com os professores e comunidade escolar quais os objetivos deste órgão colegiado e qual o papel de cada integrante. Para tanto, todos os materiais pedagógicos construídos ao longo da participação das professoras no PDE são no sentido de clarificar em que consiste o Conselho de Classe, quais são seus objetivos e funções e de que maneira as intervenções discutidas neste espaço podem ser mais bem aproveitadas, visando de fato auxiliar no desenvolvimento do aluno. Além da discussão sobre o referencial teórico que conceitua qual a função do Conselho de Classe, as professoras também propõem intervenções pedagógicas semelhantes. Destacamos entre elas o início da aplicação do pré-conselho, com a participação dos alunos, das famílias e dos professores; a reflexão sobre as atitudes que serão tomadas após o Conselho de Classe por todos os segmentos da comunidade escolar (professores, equipe pedagógica, direção, alunos e família); discussão sobre os tipos de avaliação e recuperação que estão sendo utilizadas durante o bimestre e quais possibilidades de mudança visando melhorar a qualidade da aprendizagem, discussão sobre como trabalhar com os alunos que possuem dificuldades de aprendizagem e reflexão sobre a possibilidade do aluno participar do Conselho de Classe.

Todos os artigos trazem um relato histórico de como surgiu o Conselho de Classe e como as mudanças em seu fim estão atreladas as modificações que aconteceram na sociedade e, conseqüentemente, no espaço educativo. Quando foi instituído, na França em 1945, este órgão tinha como objetivo selecionar os alunos que iriam para a área de ciências e quais iriam para “força de trabalho”. O caráter de “juízo” era implícito a este espaço. No Brasil, Os Conselhos de Classe só foram oficialmente instituídos a partir da Lei nº 5692/71. A professora PDE Dubiela (2012) coloca que: “É importante ressaltar que essa lei possuía cunho autoritário e tecnicista, tendo sido instituída no período da Ditadura Militar no Brasil que naquele momento histórico passava por grandes mudanças políticas e sociais (...) (p. 17 e

“CONSELHO DE CLASSE: ESPAÇO DE REFLEXÃO E AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM”. Autora: Cecília Sanae Higachi. Município: Apucarana.

“MEDIÇÃO PEDAGÓGICA NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO: as ações dos pedagogos nos Conselhos de Classes no Colégio Estadual Dr.º Décio Dossi – EFMT”. Autora: Irma de Jesus Mello de Moura. Município: Fazenda Rio Grande – Núcleo Sul.

“A NATUREZA DO TRABALHO DA EQUIPE PEDAGÓGICA E AS SUAS IMPLICAÇÕES PARA A ATUAÇÃO DO CONSELHO DE CLASSE”. Autora: Laugenice Aparecida Gerber. Município: Rio Negro.

“CONSELHO DE CLASSE PARTICIPATIVO: Uma possibilidade de democratização da escola pública do Paraná”. Autora: Sônia Mara Pereira da Cruz. Município: Antonina.

18). Assim, só após o fim da ditadura é que os Conselhos de Classe passaram a assumir um caráter democrático. A Constituição Federal de 1988 traz em seu texto as bases que asseguram a gestão democrática do ensino:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
 I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
 II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
 III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
 IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
 V - valorização dos profissionais do ensino, garantido, na forma da lei, plano de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União;
 VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
 VII - garantia de padrão de qualidade. (BRASIL, 1988).

A LDB nº 9394/96 apresenta em seu texto que, para a gestão democrática ser efetivada, a escola precisa utilizar-se de dois instrumentos: do PPP que preza pela participação de todos na sua construção. E, da participação efetiva de toda comunidade escolar nos espaços destinados a isso, como os Conselhos Escolares, sendo Conselho de Classe um desses espaços. No Paraná, a deliberação 16/99 normatiza o Conselho de Classe e indica a organização do regimento escolar. Como garantia da sua importância como instância colegiada, o Caderno de Apoio para a elaboração do Regimento Escolar/2010, enviado às escolas pela Secretaria do Estado do Paraná, na seção IV, assim estabelece:

Art...O Conselho de Classe é órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa em assuntos didático-pedagógicos, fundamentado no Projeto Político Pedagógico da escola e no Regimento Escolar, com a responsabilidade de analisar as ações educacionais, indicando alternativas que busquem garantir a efetivação do processo ensino e aprendizagem.

Art... A finalidade da reunião do Conselho de Classe, após analisar as informações e dados apresentados, é a de intervir em tempo hábil no processo de ensino e aprendizagem, oportunizando ao aluno formas diferenciadas de apropriar-se dos conteúdos curriculares estabelecidos.

Parágrafo Único – É da responsabilidade da equipe pedagógica organizar as informações e dados coletados a serem analisados no Conselho de Classe.

Art... Ao Conselho de Classe cabe verificar se os objetivos, conteúdos, procedimentos metodológicos, avaliativos e relações estabelecidas na ação pedagógico-educativa, estão sendo cumpridos de maneira coerente com o Projeto Político Pedagógico do estabelecimento de ensino.

Art... O Conselho de Classe constitui-se em um espaço de reflexão pedagógica, onde todos os sujeitos do processo educativo, de forma

coletiva, discutem alternativas e propõem ações educativas eficazes que possam vir a sanar necessidades/dificuldades apontadas no processo ensino e aprendizagem. (PARANÁ, 2010, p. 24).

Ao lermos os artigos das professoras PDE, podemos perceber que, apesar da legislação assegurar a gestão democrática do sistema de ensino, o caráter de “julgamento” e “acerto de contas” ainda predomina entre a maioria dos educadores ao participar dos Conselhos de Classe. A professora PDE Higachi (2012) deixa claro a necessidade de refletir, juntamente com o coletivo de professores, a função do Conselho de Classe:

(...) a intenção da pesquisa foi o de proporcionar uma reflexão crítica sobre a importância do Conselho de Classe como espaço pedagógico, por meio do Projeto de Intervenção Pedagógica, com a clara intenção de superar o Conselho de Classe como instância meramente classificatória e excludente fundamentados em apreciação de fatores subjetivos e extraescolares, em uma perspectiva de mudanças levando à democratização do ensino (HIGACHI, 2012, p. 4 e 5).

A professora PDE Moura (2012) também apresenta um breve histórico sobre o Conselho de Classe desde o seu surgimento. Contudo, ela articula ao desenvolvimento do Conselho de Classe, o surgimento do papel do pedagogo como mediador deste órgão. E que, conforme, foram ocorrendo mudanças nos objetivos dos Conselhos de Classe, também o papel do pedagogo foi modificando-se.

Uma autora citada em todos os trabalhos e que traz uma ampla discussão teórica sobre Conselho de Classe é Ângela Imaculada L. de F. Dalben. Esta autora conceitua essa instância como um órgão colegiado, presente na organização escolar, em que vários professores das diversas disciplinas, juntamente com os coordenadores pedagógicos, ou mesmo os supervisores e orientadores educacionais, reúnem-se para refletir e avaliar o desempenho pedagógico dos alunos.

Trata-se de um dos únicos espaços existentes na escola, que permite a discussão e a análise coletiva do processo ensino-aprendizagem. Conforme a autora é possível entender que a escola talvez seja o espaço que mais reúna, num mesmo grupo, diferentes personalidades vindas das mais variadas classes sociais para adquirir conhecimentos transmitidos por diferentes profissionais do ramo, e o Conselho de Classe ganha importância porque reúne informações que muitas vezes passam

despercebidas por alguns e que são fundamentais para o entendimento da situação escolar do educando. (DUBIELA, 2012, p. 19).

No entanto, assegurar essa discussão democrática ainda é um dos desafios a serem superados. Pois é necessário que a escola tenha clareza de que todos da comunidade escolar participem, e, para isso, os canais de participação devem, efetivamente, funcionar.

O conselho de classe é mais um dos mecanismos de participação da comunidade na gestão e no processo de ensino-aprendizagem desenvolvido na unidade escolar. Constitui-se numa das instâncias de vital importância, pois "guarda em si a possibilidade de articular os diversos segmentos da escola e tem por objeto de estudo o processo de ensino, que é o eixo central em torno do qual se desenvolve o processo de trabalho escolar" (DALBEN, 1995, p. 16).

Ao discutir Conselho de Classe, as professoras fazem menção a gestão democrática. E, tratar sobre a descentralização da gestão e participação da comunidade escolar, é repensar todo o funcionamento da instituição escolar. Pois, assegurar a democratização das relações dentro da escola é possibilitar que o planejamento do professor seja questionado e mudado se for preciso, é requerer a participação dos pais na construção do PPP, é garantir a participação dos alunos no Grêmio Estudantil, enfim, toda a estrutura escolar deve ser refletida.

A professora PDE Santos (2012) discorre que, durante sua trajetória enquanto pedagoga, dificilmente acontecia diálogos sobre a dificuldade do aluno e a estratégia de recuperá-lo durante os conselhos, as discussões eram focadas nos "problemas disciplinares, ao comportamento e às vezes até à família do aluno. Dificilmente se discutem situações nas quais as causas estão no tipo de conteúdo, na metodologia do trabalho docente, nos processos de avaliação, nas relações entre professor e aluno". (SANTOS, 2012, p. 8). Higachi também afirma que esse momento transformou-se em um espaço de "julgamento e crítica dos alunos, que não leva em consideração aspectos pedagógicos a serem refletidos com vistas à superação. Mas o que se percebe é que as práticas camuflam e reforçam os mecanismos de controle e de concentração de poder e exclusão".(HIGACHI, 2012, p.6).

Ao contrário do que se tornou prática durante os Conselhos Escolares, Moura (2012) afirma que “A reunião na maior parte do tempo, deverá estar organizada para pensar novas estratégias pedagógicas, para melhor atender o educando nas atividades diárias em sala de aula”. (p. 26). Por isso, as professoras enfatizam em seus artigos a necessidade de esclarecer como o Conselho de Classe deve funcionar e que outras ações e responsabilidades ele demanda. Cruz (2011) afirma que o Conselho de Classe é um dos espaços mais ricos da prática pedagógica, mas também muito mal aproveitado, pois se configura como uma instância de julgamento de alunos e um espaço de críticas improdutivas sobre a prática pedagógica.

Além da problemática colocada pelas professoras PDE, sobre a necessidade de esclarecer junto com o coletivo de profissionais que participam dos Conselhos de Classe, sobre qual a função deste órgão e como ele deve funcionar. Outro desafio apontado é sobre os desdobramentos e encaminhamentos que deverão ser dados após a realização do Conselho de Classe. Segundo Vasconcellos (2005): “o Conselho pode ser importante estratégia na busca de alternativas para a superação dos problemas pedagógicos, comunitários e administrativos da escola”. (p. 92). Para tanto, a professora PDE Gerber (2012, p. 3 e 4) coloca sobre a necessidade de rever a estrutura dos Conselhos de Classe, reorganizando o trabalho pedagógico, de forma a efetivar a relação professor aluno, através de uma postura educativa e didática. Para se alcançar tal objetivo, é imprescindível superar os limites, buscar soluções para conflitos entre professores e alunos e priorizar as reais possibilidades dos alunos.

Assim como a professora PDE Gerber (2012), as outras professoras também colocam sobre a dificuldade em estabelecer propostas de mudança e intervenções com os professores, pais e alunos após a discussão feita no Conselho de Classe visando superar as dificuldades e problemas colocados. Ainda há muita resistência por parte de todo esse coletivo. Ao contrário do que acontece no interior das escolas, o Conselho de Classe deve ser o momento onde todo o trabalho pedagógico deva ser discutido. Para tanto todos os envolvidos nesse processo devem ser analisados e avaliados quanto sua prática e não só o aluno deve “melhorar”. Ela foca sua análise no papel que a equipe pedagógica pode vir a assumir frente ao processo de ensino e aprendizagem.

A aprendizagem escolar precisa ser vista como um processo conjunto, compartilhado, onde a escola é um ambiente de busca, de troca do conhecimento e para se “construir uma escola democrática hoje significa assegurar as condições pedagógicas e organizacionais para se alcançar maior qualidade cognitiva, isto é, do desenvolvimento mental para todos os alunos” (LIBÂNEO, 2008, p. 9).

É pontuado pela professora PDE Gerber (2012) que, apesar dos indícios apresentados no Conselho de Classe sobre a necessidade do professor rever seu planejamento, metodologia e os tipos de avaliação que está ofertando, muito pouco é mudado. Outro problema enfrentado é a falta da participação da família no acompanhamento do rendimento do aluno. Uma vez que, se é possibilitado a participação dos pais nas discussões sobre como se dará os encaminhamentos do ensino, os mesmos também devem estar cientes e serem cobrados sobre a importância de acompanharem seus filhos, tanto no que refere-se ao desenvolvimento acadêmico, quanto ao comportamental.

Faz-se necessário a conscientização dos pais, no acompanhamento das atividades escolares dos filhos durante todo o ano letivo, não apenas ao final do ano letivo, para promover discussões na busca de alternativas e metodologias viáveis no processo de ensino aprendizagem dos seus filhos. (GERBER, 2012, p. 16).

A professora PDE Dubiela (2012) traz as contribuições do referencial teórico de Cruz (2011) para auxiliar os profissionais da sua escola a refletir sobre como o Conselho de Classe deve funcionar. Este autor apresenta algumas etapas que podem contribuir para uma nova dinâmica do Conselho de Classe. São elas: Auto-avaliação dos profissionais da escola; Análise diagnóstica da turma; Proposta de ação individual e coletiva e Análise dos casos relevantes.

Segundo esta proposta, os profissionais da escola devem avaliar seu próprio trabalho (metodologia, conteúdos, organização, formas de avaliar, planejamento, avanços e recuos no desenvolvimento das aulas). E no Conselho de Classe, antes mesmo de falar dos alunos, o professor e a equipe pedagógica deveriam fazer um balanço sobre a efetivação das ações propostas pelo Conselho anterior ou até mesmo pela equipe pedagógica durante o ano letivo. Esta auto-avaliação irá ajudar na conscientização das ações e limitações que o professor enfrenta em sala de aula.

Contudo, é posto por Cruz (2011) dificilmente o professor realiza a auto-avaliação pensando em seus limites de formação e metodologia. Contudo, ao:

tornar o professor aberto às mudanças possibilitando uma interação mais sincera, franca e amorosa com os alunos, uma vez que, por meio da compreensão de suas próprias limitações, compreendem-se melhor as limitações dos alunos e se relativiza o rigor do julgamento. A relativizar o erro, vendo-o como uma etapa de crescimento e não como fracasso ou culpa, e isso é fundamental em um processo de construção conjunta do saber. (Cruz, 2011, p 16-17).

A auto-avaliação de todos, desde os professores, equipe pedagógica e direção da escola permite uma melhor compreensão dos reais problemas que devem ser superados e assim poder cobrar ações mais efetivas dos responsáveis dos alunos também. A professora PDE Santos (2012), discorre em seu artigo sobre o caráter de julgamento apenas do aluno que o Conselho de Classe ainda apresenta em sua escola de atuação:

(...) na discussão do Conselho de Classe, a não aprendizagem é de responsabilidade do aluno, pois considera que o professor sempre ensina, cabe ao aluno, portanto, apenas aprender. A avaliação classificatória, utilizada nestas práticas pedagógicas é pensada para aprovar ou reprovar, não há um equilíbrio nas práticas pedagógicas trabalhadas. A recuperação tende a trazer o conhecimento e a superação da nota, não precisando necessariamente ser provas formais. Pode ser uma pesquisa, um seminário, a exposição de trabalhos, etc. (SANTOS, 2012, p. 36).

Para tanto, a professora coloca como uma das alternativas pra melhoria do processo de ensino e aprendizagem é mudar o foco da avaliação:

É importante que se parta de uma avaliação diagnóstica. Com isso, constatamos que a primeira coisa a ser feita, para que a avaliação sirva à democratização do ensino é modificar sua utilização de classificatória para diagnóstica. Ou seja, a avaliação deverá ser assumida como um instrumento de compreensão do estágio de aprendizagem em que se encontra o aluno, tendo em vista tomar decisões suficientes e satisfatórias para que possa avançar no seu processo de aprendizagem. (SANTOS, 2012, p. 37 e 38).

Ou seja, a professora não analisa apenas o momento do Conselho de Classe em si, mas discute as mudanças que deveriam ter durante o processo de ensino e aprendizagem. Nesse caso específico é focado na avaliação. Mas em seu artigo

também é citado sobre a necessidade dos professores estarem cientes das várias necessidades de aprendizagem que existem, para assim, poderem avaliar de forma correta.

Nos artigos das professoras PDE Bichibichi e de Cruz, as propostas de intervenções seriam o de fortalecer os Conselhos de Classe Participativos. Para Cruz, discutir tal temática foi fundamental, pois em sua escola de atuação os índices de evasão do período noturno eram muito altos. Por isso, a professora viu a necessidade de se repensar como estaria acontecendo o processo de ensino e aprendizagem. O Conselho de Classe serviria para que os professores e equipe pedagógica compreendesse as principais dificuldades dos alunos e assim todos pudessem buscar a melhoria na qualidade do ensino ofertado. E, como os alunos já são mais velhos e a grande maioria encontra-se inserido no mercado de trabalho, já possuem maturidade para participar do pré-conselho, e assim poderem refletir sobre suas atitudes durante o bimestre, mas também fazer uma análise crítica sobre o trabalho do professor e assim ambos os lados avaliarem quais são as mudanças necessárias para melhorar o processo de aprendizagem.

A professora PDE Bichibichi (2012) destaca em seu artigo a potencialidade dos Conselhos de Classe Participativos:

Os conselhos de classe participativos são importantes estratégias na busca de alternativas para a superação dos problemas pedagógicos, especialmente quando seus articuladores apresentam a habilidade de gerenciar a contradição inerente a esse colegiado. Uma instância colegiada que, de um lado se reduz em grande parte a um mecanismo de reforço das tensões e dos conflitos, com vistas à manutenção da estrutura vigente, tornando-se peça chave para o fortalecimento da fragmentação e da burocratização do processo de trabalho pedagógico; e, por outro lado, pode ser concebido como uma instância colegiada que, ao buscar a superação da organização prescritiva e burocrática, se preocupa com os processos avaliativos capazes de reconfigurar o conhecimento, de rever as relações pedagógicas alternativas e contribuir para alterar a própria organização do trabalho pedagógico. (BICHIBICHI, 2012, p.6).

A professora fez um trabalho com professores, pais e alunos, para que todos tenham clareza e possam refletir como está sendo seu desempenho durante o bimestre. Apesar do caráter positivo de poder ter sido discutido com diferentes sujeitos da comunidade escolar sobre a gestão democrática, é colocado pela professora que o percurso para efetivação dessa real participação ainda é longo, e

necessita que os próprios indivíduos queiram de fato assumir as responsabilidades que lhes cabe.

Diante do exposto por todas as professoras, é perceptível que muito ainda há ser feito no que tange a efetivação da gestão democrática. No artigo da professora PDE Gerber (2012) é posto que, todos os integrantes da comunidade escolar devam assumir a responsabilidade que lhes cabe, visando sempre melhorar a qualidade do ensino. Em todos os trabalhos essa questão é pontuada como fundamental, pois é necessário que todos tenham clareza de seu papel, ter consciência da necessidade de avaliarem suas práticas, para então, perceberem que os problemas encontrados no processo de ensino e aprendizagem devem ser analisados no conjunto, sem jogar a culpa apenas em um dos sujeitos desse processo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos artigos publicados pelas professoras participantes do PDE e também do referencial teórico que pesquisa Gestão Democrática e Conselho de Classe permitiu verificar que a efetivação do funcionamento dos canais de participação da comunidade escolar no interior da escola ainda são muito frágeis. Especificamente sobre o Conselho de Classe, que foi objeto de pesquisa deste trabalho, percebemos que ainda é necessário desmitificar a maneira como o mesmo é organizado assim como o papel de cada integrante, para que o mesmo tenha sua verdadeira função contemplada.

É importante destacar que uma mudança substancial nas práticas dos Conselhos de Classe, é um processo lento.

Neste sentido, as propostas de intervenção apresentadas nos artigos analisados, que vão desde a criação do Pré-Conselho de Classe, do Conselho de Classe Participativo, da auto-avaliação da metodologia e formas de avaliação do professor, da discussão das dificuldades de aprendizagem em detrimento do comportamento do aluno, enfim, da análise de todo o processo de ensino e aprendizagem só serão possíveis de serem realizadas se o coletivo que faz parte da comunidade escolar esteja ciente da necessidade de cada um assumir seu papel e sua responsabilidade. Pois a simples participação no Conselho de Classe vai além de julgar se o aluno tem condições ou não de ser aprovado para o próximo ano. A participação no Conselho de Classe requer uma análise de todo o espaço escolar,

dos sujeitos que interagem com o aluno, da questão comportamental, mas, sobretudo, da capacidade de aprendizagem. Por isso envolve toda a complexa dinâmica da escola.

5. REFERÊNCIAS

ARAGÃO, José Wellington Marinho de; RIOS, Jocelma Almeida. **A Gestão da escola e a efetivação dos Conselhos Escolares como caminho na construção da democracia na escola**. XXIV Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação – UFES, Vitória, 2009. Disponível em: http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2009/156.pdf

BICHIBICHI, Cássia Estela Kropzake. **Conselho de Classe Participativo para melhoria das práticas pedagógicas**. O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense. V.I. Curitiba, 2012. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2012/2012_utfpr_ped_artigo_cassia_estela_kropzake_bichibichi.pdf

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil**. 1988.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. **Conselhos Escolares: Democratização da escola e construção da cidadania**. Brasília/DF. v. 1, 2005.

CRUZ, C. H. **Conselho de Classe: espaço de diagnóstico da prática educativa escolar** São Paulo, 2 ed. São Paulo, SP: Edições Loyola, 2011

CRUZ, Sônia Mara Pereira da. **Conselho de Classe Participativo: Uma possibilidade de democratização da escola pública do Paraná**. O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense. V. II. Curitiba, 2012. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2012/2012_fafipar_ped_pdp_sonia_mara_pereira_da_cruz.pdf

DALBEN, Ângela I. L. de Freitas. **Conselhos de classe e avaliação: perspectivas na gestão pedagógica da escola**. Campinas, SP: Papirus, 2004.

_____, Ângela I. L. de Freitas **Trabalho Escolar e Conselho de Classe**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Políticas e Gestão da Educação Básica no Brasil: Limites e Perspectivas**. Educação e Sociedade, Campinas, v. 28, n. 100 - Especial, p. 921-946, out. 2007. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

DUBIELA, Adélia Tormena. **O Conselho de Classe como espaço de reorganização do trabalho pedagógico**. O professor PDE e os desafios da escola

pública paranaense. V.II. Curitiba, 2012. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2012/2012_fafipa_ped_pdp_adelia_tormena_dubiela.pdf

GERBER, Laugenice AP. **A natureza do trabalho da equipe pedagógica e suas implicações para a atuação no Conselho de Classe.** O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense. V.I. Curitiba, 2012. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2012/2012_ufpr_ped_artigo_laugenice_aparecida_gerber_ribeiro.pdf

HIGACHI, Cecília Sanae. **Conselho de Classe: Espaço de reflexão e avaliação dos processos de ensino e aprendizagem.** O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense. V.I. Curitiba, 2012. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2012/2012_uel_ped_artigo_cecilia_sanae_higachi_nisioka.pdf

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola, Teoria e Prática.** Goiânia: MF Livros, 2008.

MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães. **O conselho de classe e a construção do fracasso escolar.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v.31, n.2, p.215-228, mai/ago 2005.

MEC. **Professor.** Ano 1, n.2, Nov. 2003. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/acs/arquivos/pdf/revista_prof2.pdf. Acesso em: 20 set. 2008.

MOURA, Irma de Jesus Mello. **Mediação Pedagógica no processo de avaliação: as ações dos pedagogos nos Conselhos de Classe no Colégio Estadual Dr.º Décio Dossi - EFMT.** O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense. V.II. Curitiba, 2012. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2012/2012_ufpr_ped_pdp_irma_de_jesus_mello.pdf

PARANÁ. **Caderno de apoio para elaboração do regimento escolar.** Secretaria de Estado de Educação. Curitiba, 2008.

_____. Conselho Estadual de Educação. **Deliberação 007/99.** Curitiba, 1999.

_____. **Documento Síntese PDE.** Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Curitiba, 2012. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pde_roteiros/2016/documento_sintese_pde_2016.pdf

_____. **Estatuto da APMF.** Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Curitiba, 2003. Disponível em [diaadiaeducacao](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br). Acesso em março, 2015.

_____. Regimento Escolar. **Deliberação 016/99.** Curitiba, 1999.

PIZOLI, Rita de Cássia. **A função do Conselho de Classe na organização do trabalho pedagógico escolar.** IX EDUCERE-PUCPR, Curitiba, 2009. Disponível em: http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3343_1498.pdf

PARO, V.H. **Gestão Democrática da Escola Pública**. 10 ed. São Paulo: Editora Ática, 2006.

SANTOS, Áurea Rodrigues Santos. **Possibilidades e desafios para a constituição de uma nova visão de Conselho de Classe**. O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense. V.II. Curitiba, 2012. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2012/2012_fafipa_ped_pdp_aurea_rodrigues_santos.pdf

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Avaliação: concepção dialético-libertadora do processo de avaliação escolar** 15 ed. São Paulo, (Cadernos Libertad; 2005. V.3)

VEIGA, I. P. A. **Escola: espaço do projeto político pedagógico**. Campinas: Papyrus, 2003.